A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO:

seus possíveis afeitos na vida social do beneficiário

Amanda Marques Gomes[1]

RESUMO

Segundo o Censo de 2010, o Maranhão possui o maior déficit habitacional rural do país. Buscando medidas para melhora desse indicador, foi implantado o Programa Minha Casa, Meu Maranhão (PMCMM), que se propôs a substituir casas precárias, tanto urbanas quanto rurais, por casas de alvenaria cerâmica de caráter urbano. Ao acompanhar a execução do PMCMM no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, foi possível identificar uma atuação estatal problemática, implantando habitações pouco compatíveis com o modo de morar rural da região. Constatou-se a presença de uma violência simbólica inerente ao programa, que contou com pouca participação popular, em um exercício proposital de conservação do poder simbólico. Deste modo, pretende-se refletir sobre os efeitos causados por esse tipo de violência – personificada na casa do PMCMM – sobre os beneficiários de Pequizeiro, buscando entender de que forma a nova casa pode alterar questões de identidade e relações sociais do camponês de Pequizeiro.

Palavras-chave: Violência simbólica; Pequizeiro. Programa Minha Casa, Meu Maranhão.

ABSTRACT

According to the 2010 Census, Maranhão has the largest rural housing deficit in the country. Seeking measures to improve this indicator, the Minha Casa, Meu Maranhão Program (PMCMM) was implemented, which proposed to replace precarious houses, both urban and rural, with urban brick masonry houses. By following the execution of the PMCMM in the village of Pequizeiro, municipality of Belágua, it was possible to identify a problematic state action, implementing housing that was not very compatible with the rural way of living in the region. The presence of symbolic violence inherent to the program was found, which had little popular participation, in a purposeful exercise of conservation of symbolic power. Thus, it is intended to reflect on the effects caused by this type of violence – personified in the PMCMM house – on the beneficiaries of Pequizeiro, seeking to understand how the new house can change issues of identity and social relations of the peasants of Pequizeiro..

Keywords: Symbolic Violence. Pequizeiro. Minha Casa, Meu Maranhão Program.

[1] Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; amandamarquesg2@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Resultado de um processo de crescimento econômico excludente, o Maranhão hoje possui destaque negativo em relação a seus indicadores sociais de saúde, educação, renda e moradia. Segundo o Censo de 2010, possui o maior déficit habitacional rural do país, reflexo de uma política econômica que buscou atender prioritariamente os interesses de uma classe dominante. Nos últimos anos, com a decadência das oligarquias presentes no estado, foi possível acompanhar a ascensão de políticas públicas de enfrentamento aos baixos indicadores sociais do Maranhão. Com destaque para o Plano Mais IDH, constituído por programas que atuaram nas áreas de saúde, educação, renda e moradia.

Tratando-se da questão habitacional, houve destaque para o Programa Minha Casa, Meu Maranhão (PMCMM), que, em linhas gerais, se propôs a substituir casas precárias do estado por casas de alvenaria cerâmica de caráter urbano. Por meio da participação em uma pesquisa anterior[2], realizada no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, foi possível acompanhar o processo de execução do programa, identificando uma atuação estatal problemática no que diz respeito a prescrição de uma habitação pouco compatível com o modo de morar rural reconhecido no povoado. Foi possível identificar nas análises anteriores, uma violência simbólica inerente ao programa, que contou com pouca participação popular, em um exercício proposital de conservação de poder simbólico.

Deste modo, pretende-se refletir sobre os possíveis efeitos causados por esse tipo de violência – encontrada durante todo o processo de execução do programa e também personificada na própria casa do PMCMM – sobre os moradores beneficiários, buscando entender de que forma todo esse processo pode alterar a vida social do morador da nova casa.

Para execução da referida análise e discussão, que recorrem a estudos de diferentes áreas do conhecimento para entender a realidade maranhense atual e de

[2] Pesquisa realizada em 2016, com objetivo de analisar e acompanhar o desenvolvimento do PMCMM em dois dos trinta municípios de menor IDH do estado, Belágua e Cajari, à luz da observação e compreensão da produção, sociabilidade e o espaço no meio rural, buscando entender as atividades produtivas, a organização social e as formas de convívio e moradia nesses municípios.

sua população camponesa, foram utilizados os resultados de pesquisa acadêmica[3] e seus dados diretos, coletados em campanhas de campo no povoado entre 2015 a 2019, que possibilitaram acompanhar a execução e a entrega das moradias do programa. Para coleta de informações sobre os processos de apropriação da casa e execução do PMCMM, sete famílias contempladas pelo Programa responderam a questionários semiestruturados e, com o suporte de registros arquitetônicos e fotográficos, foram identificadas as intervenções efetivadas nos espaços padronizados das moradias, constituindo a base para as análises e discussões sobre as reações ao modelo impositivo do Estado.

O presente trabalho é então formado por duas sessões distintas, a primeira destinada a exposição do panorama maranhense, no que diz respeito principalmente a questão habitacional, assim como questões secundárias que estão diretamente ligadas ao problema da moradia. O segundo momento do trabalho traz discussões conceituais

2 CENÁRIO MARANHENSE: A QUESTÃO DA MORADIA

O Maranhão carrega até hoje marcas de um processo de crescimento econômico excludente que priorizou satisfazer interesses de elites locais, através de intensa relação com o mercado exterior, ignorando e agravando a desigualdade socioeconômica presente em todo o estado. Um “desenvolvimento socialmente injusto” além de “ambientalmente insustentável” por se firmar em grandes projetos extrativistas. (MESQUITA, 2011, p.2).

Este cenário de injustiça social, secularmente dominado por oligarquias políticas, tem sido alterado com a ascensão de políticos com o discurso de instauração de um Estado republicano e a inversão dos “perversos vetores de desenvolvimento econômico” diretamente ligados às precárias condições de vida da população maranhense (BURNET, 2015). Nesse cenário é lançado em janeiro de 2015 pelo

[3] O Plano mais IDH e a Produção Habitacional: Contribuições para Melhoria das Condições de Vida e Trabalho na Área Rural dos Municípios de Belágua e Cajari, Maranhão, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, Edital Tecnologias Sociais 01811/15.

governo de Flávio Dino, o Plano de Ações Mais IDH, conjunto de políticas que concentra esforços na inclusão sócio-produtiva das regiões mais carentes objetivando a melhoraria das condições de vida da população residente.

No Plano, a questão da moradia, contemplada marginalmente, previa a construção de 100 unidades habitacionais nas zonas urbanas e rurais nos 30 municípios de menor IDH, por meio do PMCMM. Foi fortemente inspirado no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR da Caixa Econômica Federal, um casamento entre uma proposta de desenvolvimento rural estadual com um programa realizado a nível nacional e que apresentou baixo desempenho na região Nordeste. (BURNETT, 2019)

A necessidade do referido programa habitacional é justificada numericamente: o estado possui o maior déficit habitacional rural do país. Entretanto, apesar de surgir em meio a esse cenário de carência habitacional rural, foi “originado em programas urbanos de produção massiva de moradias padronizadas, sob pressão marginal de demandas sociais e tendo de disputar financiamento com um programa de impacto nacional já consolidado” (BURNETT, 2019).

Entendendo a diversidade socioeconômica, cultural e climática das regiões do país, os apontamentos aqui trazidos aprofundam o entendimento de que uma política pública habitacional vai muito além de procedimentos técnicos, torna-se evidente a existência de interesses paralelos e que se sobrepõem ao objetivo inicial de melhoramento da qualidade de vida e condições de habitação da população rural atendida.

Nesse sentido, inquietações foram levantadas no que diz respeito à forma como o PMCMM fora planejado e executado, sendo identificada uma violência simbólica inerente a tais processos. Tal contexto resultou na configuração de casas que materializam a violência simbólica que, a partir de então, se tornou permanente nas vidas dos beneficiários.

3 EFEITOS DO PMCMM NA VIDA SOCIAL DO MORADOR: A QUESTÃO DA IDENTIDADE E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Segundo Bourdieu (2009), o conceito de habitus é definido como um conjunto de disposições que são incorporadas pelos indivíduos no decorrer de sua formação enquanto ser social. Essas disposições são absorvidas de forma inconsciente, funcionando como uma herança social familiar. Bourdieu afirma que se trata da composição de diversas variáveis presentes no processo da socialização, da história e do contexto de vida do indivíduo.

Entende-se que tal processo de socialização é incorporado pelos indivíduos por meio de hábitos cotidianos, linguagem, estilo de vida e até mesmo preferências das mais diversas naturezas, como gosto culinário, musical, de vestimentas, entre outros. Assim, o que o indivíduo consome, possui ou pretende possuir resulta em seu habitus. A partir dessa colocação, podemos concluir que o espaço da casa, local onde ocorre grande parte das vivências no campo, se torna também espaço do habitus?

Considerando o intuito de refletir sobre os efeitos da violência simbólica corporificada na casa do PMCMM sobre a identidade social do beneficiário, torna-se necessário trazer à tona este conceito, tendo em vista a presente inquietude com a incompatibilidade entre a casa entregue pelo PMCMM e o habitus do camponês de Pequizeiro.

Segundo Bauman (2005), a identidade do indivíduo não tem como característica a solidez, não sendo rígida e imutável durante toda sua vida, devido ao caráter negociável das relações e também da maneira de tomar decisões. Castells (2008) acrescenta que a identidade é constituída de significados e da experiência de cada um. De forma semelhante a Bauman, o autor afirma que a identidade está interligada com o contexto do indivíduo. Para Castells, a identidade é também um processo de construção de significado baseado em uma característica cultural ou um conjunto de características culturais, as quais vão prevalecer sobre outras fontes de significados.

Tais levantamentos bibliográficos inferem alguns questionamentos: é possível que a nova casa do PMCMM induza o beneficiário a novos comportamentos? Se sim, os novos comportamentos podem se converter em novas características cultuais? Tal contexto pode oportunizar novas experiências anteriormente não vividas?

Woortmann (2018a) focaliza algumas categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, para ele, terra, família e trabalho, se tornam nucleantes para caracterizar o campesinato no Brasil. A importância dessas categorias para o campesinato não está na sua forte presença, pois como afirma o autor, em culturas urbanas essas categorias também são facilmente encontradas, sua relevância para o campo encontra-se no seu caráter nucleante, “isto é, uma não existe sem a outra [...] Não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 2018a, p. 23).

Outro apontamento colocado por Woortmann (2018b) e que adquire papel fundamental neste trabalho é o entendimento de que morar vai além de uma necessidade básica. Discute-se a forma como o PMCMM proporciona o “morar”, colocando um teto sobre a cabeça do beneficiário, desconsiderando a relação intrínseca e estreita que tem a casa e a família. A partir destes apontamentos, se faz necessário discutir também os efeitos que a implantação das casas, ao desconsiderar o modo de vida camponês, causou à campesinidade das estruturas familiares, houve mudanças?

Foi visto que, também durante a aplicação do PMCMM, houve registro de uma violência simbólica que desconsidera o modo de morar rural. Segundo Bourdieu (1989), a violência está ligada ao poder exercido pelos que exercem comando, que normalmente são instituídos e reconhecidos. Para o autor, para além dessa autoridade, há um poder invisível, o poder simbólico, exercido a partir da cumplicidade e concordância mesmo que inconsciente daqueles que estão sujeitos a esse controle.

Logo, esse poder simbólico acaba dando origem a uma violência simbólica. No caso da aplicação do PMCMM, a utilização do poder simbólico é identificada no oferecimento de uma habitação adjetivada como digna, considerando prioritariamente a visão desenvolvimentista que classifica como indignos os padrões de habitação que não foram capturados pela economia de mercado (BURNETT, 2020). Assim, rebaixam através do poder simbólico as construções tradicionais de taipa e tijolo de adobe, forma também de manter classes dominantes em suas posições de privilégio, por meio da reprodução de habitações “industrializadas” que beneficiam principalmente a construção civil.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho, ao buscar levantar os possíveis efeitos do PMCMM nas relações sociais dos moradores de Pequizeiro, se depara com mais questionamentos do que respostas propriamente ditas. Longe de uma apresentar uma conclusão propositiva, a partir do acompanhamento da execução do referido programa durante anos, assim como de questões relacionadas a ele, como o processo de apropriação dos beneficiários em relação à nova casa, é possível identificar problemáticas inerentes ao programa, como a violência simbólica presente durante todo o processo e concretizada na nova moradia.

Trata-se de análises ainda em andamento, que até então apontam para um potencial do programa em de fato causar alterações das relações sociais dos moradores beneficiários. Para melhor entendimento dessa questão, foram aqui trazidos os conceitos de identidade, de grande valia para a presente discussão, além do afamado conceito de habitus cunhado por Bourdieu. A análise de ambos, em paralelo, nos leva a inferir a capacidade de alterar as relações sociais a partir da nova edificação.

Para poder corroborar a hipótese aqui tratada, são necessárias comprovações cientificas. Para isso, a autora se dedica a dar continuidade na referida análise em sua tese de doutorado, o que dá a essa análise, até então, um caráter incompleto, levantando até aqui muitos questionamentos que serão posteriormente esclarecidos, a medida em que o levantamento bibliográfico e trabalho de campo avançam.

O que se pode concluir até então é o programa habitacional aqui citado possui motivação para além da provisão habitacional. Sua aplicação busca satisfazer interesses privados, gerando lucro para as construtoras envolvidas no processo, que optam por usar materiais de baixa qualidade na construção das casas, além de se abster de análises do modo de morar tradicional do rural, ignorando a forma de habitar no campo, tão distinta da encontrada no urbano, e assim entregando casas de caráter também urbano, uma vez que é essa a tipologia a qual estão habituados a fazer.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BURNETT, F. L. Política Habitacional Rural e Moradia Camponesa no Maranhão. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, p. 331-350, jul./dez. 2019. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2019.152.07/60747140. Acesso em: 25 jul. 2020

BURNETT, F. L. **O Plano Mais IDH: do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7. Anais[...]. Santa Cruz do Sul, RS, 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491. Acesso em: 22 mar. 2018.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MESQUITA, B. A. **Notas sobre dinâmica econômica recente em Área Periférica: mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. In: CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2. Anais[...]. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018a. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389. Acesso em: 26 maio. 2021.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 119–150, 2018b. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139. Acesso em: 23 maio. 2021.